

O Problema da Avaliação Social da Riqueza (*)

(Iniciação à contabilidade social)

Dr. Magdaleno Girão Barroso

(Prof. Cat. de Economia Política)

"Dans le domaine économique, en particulier, le XX^e siècle est faustien. S'il veut comprendre, c'est pour agir" — MARCHAL.

I — A contabilidade social ou nacional: 1) conceito e definição; 2) sua utilidade e importância; 3) finalidades. II — Resumo de sua evolução histórica: 1) antecedentes; 2) sua prática em diferentes nações; 3) a contribuição keynesiana e o processo funcional global; 4) as contribuições de LEONTIEFF e de COPELAND; 5) realizações do pós-guerra e tendências atuais. Contas retrospectivas e prospectivas. O

(*) Fuja embora a cadeira de E. Política aos objetivos de especialização das Faculdades de Ciências Econômicas, uma vez que é ministrada na 1^a série da Fac. de Direito como matéria de generalização cultural, não nos furtamos de incluir em seu programa assunto novo e palpitante, como o da contabilidade social ou nacional. Esta exposição é assim o fruto do nosso desígnio inovador; mas, evidentemente, dentro das limitações dos estudos econômicos do curso jurídico, não visa à precisão técnica, senão, e apenas, à ilustração dos nossos alunos sobre algumas generalidades que a disciplina comporta.

orçamento econômico nacional; 6) a contabilidade social no Brasil. III — Os instrumentos de trabalho da cont. social: 1) a teoria conceitual e metodológica; 2) técnica e técnicos; 3) os elementos estatísticos; 4) órgãos privados e político-administrativos de controle; 5) nomenclatura. IV — O processo da contabilidade social: 1) conceitos introdutórios; 2) as unidades econômicas elementares; 3) os agregados de agentes, de operações e de contas. 4) articulação dos agregados e *comptes e'crans*; 5) os agregados clássicos do produto, da renda e da despesa nacional e os problemas da sua contabilização; 6) imperfeições das contas nacionais.

I

1 — Tendo FREDERICO LIST afirmado que muito mais importante que a riqueza é o poder de criá-la, hoje podemos acrescentar, na seqüência dêsse pensamento, que, *prima facie*, o poder de criar, a criação, mesma, da riqueza, em segundo lugar, não se reveste do máximo de significação para o bem estar humano se, em terceiro lugar, não se realiza a operação científica da *avaliação* dessa riqueza.

Avaliar aqui quer dizer estimar, medir, determinar em termos numéricos o *quantum* dos elementos potenciais e reais de que dispõe a sociedade para atender às suas necessidades e aos seus anseios de desenvolvimento econômico, com o fim de acompanhar as marchas e contra-marchas dêsse desenvolvimento e poder, em cada lugar, a cada momento, dispor de um instrumento aferidor, como o barômetro para a pressão atmosférica ou o termômetro para a temperatura, capaz de orientar a conduta de cada um em particular, e da coletividade, por seus órgãos, em geral, na consciente e coerente graduação do seu ritmo de vida econômica.

Esse processo avaliativo, sem cujo adminículo pode-se parar quando se deve andar, ou, diversamente, andar quando se deve parar, e cuja contribuição confere aos povos e aos govêrnos a consciência de sua situação em todos os domínios da economia, impedindo que se transviem na rota do progresso material, que desperdiçem esforços ou os empreguem improdutivamente, por analogia com a contabilidade das emprêsas privadas, de que tem, *mutatis-mutandis*, a mesma função, chama-se comumente *contabilidade social*, em sua lata significação.

Uma parte da estatística econômica, por sua vez entrosada na estatística geral, de cujos ensinamentos e métodos, tanto quanto os da matemática, se serve, a *contabilidade social* pode ser definida a largos traços como a operação por meio da qual nos é dado computar, sob os seus diversos aspectos, a riqueza de uma comunidade e o modo como os seus membros componentes a empregam, no sentido do seu bem estar. Pode-se evidentemente realizar essa operação sob o ângulo de tôda a comunidade humana e de maneira a abraçar grandes lapsos de tempo; todavia, tendo em vista a relativa descontinuidade do tempo e do espaço, nas coordenadas da história, e considerando a vantagem prática de limitação do campo a investigar, mesmo que em seguida venha a ser ampliado a áreas e períodos cada vez mais vastos, utiliza-se como objeto da contabilidade social uma dada unidade e esta é o específico agrupamento humano que se batisou com o nome de *nação*, considerada de cada vez no lapso de tempo de *um ano*. A expressão "contabilidade social" é, então, substituída por esta outra — *contabilidade nacional*, a cuja luz se avalia a atividade econômica de cada país, de cada povo independente, antes que se levem os dados assim obtidos à conta de estatísticas mais gerais, melhor dito, internacionais.

Como explica MARCHAL, "uma nação é um conjunto complexo de células econômicas, mais ou menos inter-relacionadas: famílias, emprêsas, coletividades. As relações que mantêm se verificam ou no interior da economia nacional, ou em face da economia estrangeira. Surge então aquilo que os estatísticos cha-

nam *fluxos*: de produtos, de serviços, monetários... O fim da contabilidade econômica é, então, identificados os partícipes da vida econômica, registrar êsses fluxos que entre êles se estabelecem, medindo-os quantitativamente. Fazendo-o, a contabilidade nacional objetiva dar ao economista a possibilidade de compreender os processos sociais e, mais ainda, fornecer aos estadistas e aos empresários, nas suas respectivas esferas de ação, a segurança de que necessitam para levá-la a bom termo" (1).

Podemos completar essas definições: com a de BARRE, segundo a qual a contabilidade social ou nacional é a "descrição quantitativa e a síntese contábil dos fatos que caracterizam a atividade econômica e financeira de uma nação". "Ela procura exprimir a totalidade dos recursos e das despesas dos elementos constitutivos de uma comunidade" (2); com a de VILLELA: "O próprio nome indica que a contabilidade nacional, ou social é um método de descrição sistemática da atividade econômica de um país através de um sistema de contas" (3); de RUGGLES: "Em essência, as contas nacionais podem considerar-se como um sistema de classificação necessário para dar conta e razão, real e descritivamente, do sucedido na economia" (4); e, finalmente, do Instituto Brasileiro de Economia: "... a contabilidade nacional é uma tentativa de representação esquemática, porém completa, da atividade econômica de uma nação" (5).

2 — Só pelo exposto se pode alcançar a utilidade e importância da contabilidade social ou nacional. Isso se verifica melhormente sob dois aspectos: o teórico e o aplicado. Teoricamente, trata-se de uma análise cuja objetividade condu-la a colo-

-
- 1) Jean Marchal — "Cours d'Économie Politique", Librairie de Médicis, Paris, 1956, pgs. 487.
 - 2) Raymond Barre — "Économie Politique", 1º tomo, pgs. 210/211 Presses Universitaires de France, Paris, 1956.
 - 3) Anibal Villela — in Revista do Conselho Nacional de Economia, nº 39, pg. 26.
 - 4) Richard Ruggles — "Ingreso Nacional — Introducción y análisis — Trad. do Fondo de Cultura Economica, México, 1956, pg. 13.
 - 5) In Rev. Bras. de Economia, ano 10, nº 4, pg. 7.

car-se de permeio entre as abstrações da econômica pura e o empirismo das atividades práticas e a se tornar, por isso, um valioso instrumento de interinfluência dêsse dois campos da economia, isto é, dos campos do pensamento e da ação. Nesse particular, faz com que os conhecimentos teóricos tornem a conduta econômica suficientemente refletida; mas também concorre, inversamente, para que em muitos passos a ação, multifária e surpreendente, retifique ou esclareça os elementos conceituais da disciplina econômica. Quanto ao prisma da aplicação, o seu papel essencial, no concêrto da nossa complexa economia competitiva e permutativa, segundo palavras de RUGGLES (6), consiste em proporcionar um guia no labirinto das relações econômicas e em seu aparente caos instituir a indispensável ordem. No que respeita ao sistema capitalista, convertido ao princípio do determinismo, e portanto, à minimização dos controles jurídicos e políticos da atividade econômica, espera-se que o processo da contabilidade social concorra para ordenar-lhe as tendências possivelmente anárquicas, ditando à consciência dos empreendedores e das autoridades governamentais as diretivas da política econômica que mais convém observar. E no que toca aos regimes socialistas, sua necessidade não se acentua menos, em face das exigências contábeis de um drástico e absorvente planejamento. Enfim, haja centralização ou descentralização do poder econômico, e quanto mais dependa a vida econômica da racionalização de seus processos, conforme as tendências contemporâneas, tanto mais útil e necessária se mostrará a contabilidade social. De acôrdo com o autor citado, "antes que se possa inteligentemente melhorar a eficácia do sistema econômico, para satisfazer as necessidades humanas, indispensável é compreender totalmente o funcionamento dêsse sistema" (7). E esta a razão por que as emprêsas particulares, por um lado, e, por outro, as autoridades governamentais, debruçam-se em todo o mundo sôbre as tábuas da contabilidade social ou nacional, nelas procurando decifrar o seu destino. A compreensão

6) Op. cit., pg. 15.

7) Ruggles, op. cit. pg. 15/16.

dêsse significado ainda mais se extrema, ao verificarmos objetivamente os fins da magna operação.

3 — São, a grosso modo, pelo menos três: a) o de computar a renda e o produto nacional, visando à compreensão das condições de bem estar e produtividade; b) o de registrar os fenômenos que possam abalar o equilíbrio das relações econômicas, com o fim de restabelecê-lo; c) o de prognosticar, para fins de planificação, as tendências econômicas de um período de tempo a sobrevir. VILLELA resume do seguinte modo: a) análise dos resultados; b) análise do comportamento da renda; c) análise estrutural; d) previsão — orçamentos econômicos nacionais (8). Segundo êsse autor, a primeira dessa análises “consiste na derivação dos agregados nacionais a partir das contas sociais. É uma apresentação dos componentes dos agregados, de molde a permitir uma análise da composição dos mesmos”; a segunda, “refere-se, precípuamente, à utilização das contas sociais na elaboração de modelos, com a finalidade de explicar o ciclo econômico”. “A principal contribuição da contabilidade social, neste caso, é pois, fornecer material estatístico a fim de se escolher as variáveis estratégicas e verificar as interconexões com as variáveis secundárias”; a terceira, “trata de investigar as relações entre diferentes transações, ao passo que a análise do comportamento da renda (e a análise dos resultados, em grande parte) referem-se à análise das transações no tempo; ou seja, a análise estrutural é transversal, ao passo que a análise do comportamento é longitudinal”; a quarta, tem por objetivo, feito o balanço dos recursos, prevêr a evolução da oferta e demanda globais num período futuro, proporcionando a organização do chamado “orçamento econômico nacional”. Trocando em miudos, pode-se dizer que com a contabilidade social ou nacional pretende-se obter a totalidade dos dados quantitativos (aliás, com reflexos qualitativos) que informam a situação econômica de uma comunidade: a sua fortuna ou patrimônio nacional, o que produz a sua

8) *in* “Revista do Cons. Nacional de Economia, nº 38, ano V, 1956, pg. 28.

população, o que lhe rende essa atividade produtiva, o valor desses elementos em função do comércio exterior, das atividades governamentais, da imposição fiscal e tributária, etc., como se distribuem o esforço despendido e sua respectiva retribuição por setores de atividade e por diferentes categorias de grupos sociais, as relações entre os mesmos, os índices de produtividade bem estar e de equilíbrio nas relações econômicas e, finalmente, a capacidade dinâmica de desenvolvimento.

II

4 — Tôda essa tarefa, em seus aspectos tanto conceituais, quanto práticos, pode-se dizer que é recente. Pondo de parte a contabilização das emprêsas, no campo privado, e, na esfera pública, a organização dos orçamentos anuais da receita e despesa das nações, um retrospecto histórico revela que em termos macro-econômicos, ou seja, da observação da economia como um todo, o assunto só se tornou objeto de cogitação a partir do século XVII, como projeção dos estudos sôbre a renda nacional. Êstes remontam ao ano de 1696, quando GREGORY KING procedeu à avaliação da renda nacional inglêsa. Em França, a famosa obra de FRANÇOIS QUESNAY, "Tableau Économique", publicada em 1758, "procura fornecer uma idéia dos fluxos e circuitos que caracterizam uma economia nacional; seu famoso *zig-zag* figura o movimento do produto líquido das classes produtivas para as classes estéreis". Em 1791, na memória "Résultats extraits d'un ouvrage intitulé: De la richesse territoriale de la France", LAVOISIER fornece uma avaliação da riqueza nacional e da renda nacional francesa e discute problemas correlatos à sua determinação conceitual. A partir do século XX intensificam-se nos diversos países as tentativas de avaliação do produto e da renda nacional. Nos Estados Unidos da América do Norte: em 1912, com WILFORD KING; em 1920, com SIMON KUZNETS, no "National Bureau of Economic Research"; desde 1932, com o "National Income Unit", do seu Departamento de Comércio. Na

Inglaterra: em 1924, com BOWLEY e STAMP; em 1937, quando COLIN CLARK publica o seu "National Income and Outlay". Na França: na segunda metade do séc. XIX, com CLÉMENT COLSON; em 1938, com M. DUGÉ DE BERNONVILLE; depois de 1939, com M. RIVET. Na Alemanha: os trabalhos de JOSTOCK e BISCHOFF, a obra "Der Wirtschaft Kreislauf (O circuito econômico), de FERDINAND GRUNNING (1933) e as atividades do "Statistisches Reichsamts". Na Rússia: em 1900-1913, com PROKOPOVITCH; em 1920 e daí por diante, com as estimativas oficiais do Governo soviético.

5 — Do ponto de vista conceitual, uma das mais decisivas contribuições à teoria da contabilidade social foi dada por JOHN MAYNARD KEYNES, em 1936, com o seu famoso livro "The General Theory of Employment, Interest and Money". A primitiva concepção micro-econômica dos clássicos, em que essa contabilidade se efetuava em função da unidade da empresa, é então substituída por uma concepção macro-econômica, em que já se levam em conta os fenômenos globais da sociedade como um todo e se computam os respectivos dados em relação a grandezas nacionais. Os trabalhos keinesianos conduzem diretamente ao chamado princípio da *contabilidade funcional global*: funcional, porque, abstraindo dos elementos fragmentários internos da nação, nela vê somente as diferentes *funções* de sua atividade econômica, a saber — de produção, de consumo, etc.; e global, porque, como a palavra o exprime, essa visão é tomada de conjunto, como se a nação constituísse não uma adição de unidades econômicas, porventura representadas pelas empresas, mas uma verdadeira síntese, um organismo social novo e autônomo.

6 — De acôrdo com essa orientação, organiza-se, pouco antes da segunda guerra mundial, na Inglaterra, em Cambridge, um grupo de estudos da renda nacional, sob a direção do professor J. R. N. STONE, cuja doutrina, concretizada num documento a que ulteriormente se deu o nome de "Bíblia de Cambridge"

chegou a ser recomendada aos diversos Estados para a Organização Européia de Cooperação Econômica, sob a designação de "Sistema Standardizado de Contabilidade Nacional" (A standardised system of national accounts). Os problemas financeiros e econômicos da referida conflagração, bem assim os posteriores a ela, concorreram extraordinariamente para o adiantamento da questão. Na França, sob a direção de M. CLAUDE GRUSON, o Ministério das Finanças se aparelhou com os indispensáveis instrumentos de análise, daí resultando a publicação de uma série de tábuas relativas aos anos de 1949 — 1954. Os decretos de 31 de março de 1950 e de 18 de fevereiro de 1952, ali instituem comités de contabilidade nacional. Não menor é o desenvolvimento operado nos Estados Unidos da América do Norte, após a mensagem de janeiro de 1945, do presidente Roosevelt. Por fim, para responder às necessidades de uma análise comparativa, a Organização das Nações Unidas (O.N.U.) chama a si o problema. O seu "Bureau de Estatística", desde 1947, passou a publicar um boletim intitulado "Medida da renda nacional e estabelecimento de uma contabilidade nacional", sendo que em 1953 um grupo de peritos, sob a direção de STONE, elaborou um "Sistema de contabilidade nacional e tábuas conexas", que dá conta da experiência adquirida no curso dos últimos anos na matéria e se esforça por responder às necessidades dos países insuficientemente desenvolvidos.

7 — Ao correr de toda essa atividade prática, o princípio da contabilidade funcional acabou por se mostrar deficiente. Em vista do seu método grandemente generalizador, abstraía por demais de muitos dos aspectos da situação econômica; no agrupamento e distinção das diversas funções econômicas, procedia com demasiado artificialismo, de modo a não apreender toda a gama da atividade econômica; embaraçava a adoção de um critério homogêneo para diferentes nações; por fim, uma vez que fechava os olhos aos grupos sociais, tornou-se imperativo o apêlo a outros métodos, em que a análise da distribuição dos rendimen-

tos por êsses grupos apontasse as falhas da política econômica e facultasse o indispensável reajustamento social da repartição da riqueza.

Introduz-se, então, na metodologia, o conceito de *grupo social*, e, assim, em lugar de medir os diversos agregados — produto, renda, investimento e poupança — em termos funcionais globais, procura-se fazê-lo em relação a cada um dêsses grupos, ou elementos unitários homogêneos da população, de cujo somatório resulta, afinal, o cômputo geral desejado, com a vantagem de ser muito mais rico em informações e muito mais realista que os processos anteriores. Ainda na linha de KEYNES, mas de certo modo superando-a, a nova técnica transporta a análise funcional dos agregados para o campo grupal, sem que deixe, contudo, de aspirar a uma totalização nacional dos resultados.

É a esta altura que, objetivando maior precisão, surgem os sistemas de W. LEONTIEF, economista americano de origem russa, ensinando na Universidade de Harvard, e MORRIS A. COPELAND, igualmente atuando nos Estados Unidos da América.

8 — O sistema de LEONTIEFF, resultado da publicação, em 1941, do seu livro "The Structure of American Economy" e vulgarmente conhecido pelo nome de "Input — Output", foi por êle próprio definido como "um estudo empírico das interrelações existentes entre as diferentes partes de uma economia nacional". O seu ponto de partida é uma análise, a mais minudente possível, das relações entre os diferentes setores da atividade econômica. Não se contenta com o processo funcional global de avaliação dos grandes agregados, já em forma de consolidação nos chamados produtos finais. Nem mesmo se detém na subdivisão dessa análise por agrupamentos sociais. Uma vez que êstes podem abranger atividades variegadas e até heterogêneas, vai mais longe, mais adentro do processo produtivo, decompondo-o em suas partes mais elementares e homogêneas (50, 100, 250 e até 500, por exemplo), para em seguida computar não sòmente

as relações entre setores diferentes, como as que se verificam internamente em cada setor, do que resulta, evidentemente, uma grande multiplicação de dados e, através dêles, um conhecimento mais profundo da complexa realidade da vida econômica. Essa operação se realiza, então, registrando-se o que entra (*input* ou entrada) e o que sai (*output* ou saída) de cada setor discriminado, ou seja, o que os diversos setores fornecem e recebem uns dos outros. O que permite a organização de tábuas, em que as entradas (ou despesas), dispostas em linha vertical, correspondem às saídas (ou receitas), dispostas em linha horizontal, dos diversos setores entre si, de modo que, por fim, tudo computado, os resultados se igualam, correspondendo à igualdade clássica da produção total bruta com a despesa total bruta. O passo mais transcendente do sistema consiste na transformação das tábuas *input-output* em *matrizes*, por meio das quais obtem-se o que se convencionou chamar "coeficientes de produção", isto é, à luz das conexões verificadas entre as *entradas* e as *saídas* dos diversos setores, a razão da variabilidade que se pode estabelecer para cada um dêles em relação aos demais. Daí a hipótese da "constância dos coeficientes de produção", fundamentada no conceito matemático de que "as funções de produção são constantes" e, portanto, "cada *input* é uma função linear do *output* total". As conseqüências que daí resultam são as mais proveitosas para a contabilidade e para a previsão econômica. É possível calcular os efeitos resultantes de cada alteração operada no concôrto da atividade produtiva. Delineam-se *programas lineares*, com a finalidade de fixar o *optimum* de aplicação de recursos limitados em função de um determinado objetivo (como ocorreu no famoso incidente internacional da ponte aérea de Berlim). Enfim, mormente a curto têrmo (pois nos períodos de longa duração falha a perspectiva da constância dos coeficientes de produção), torna-se factível uma política de planejamento em larga escala, para testar as possibilidades de sucesso da administração social da riqueza, sobretudo na luta contra as crises e pelo desenvolvimen-

to econômico das nações, sem esquecer a hipótese excepcional dos planos econômicos de guerra.

9 — O sistema de COPELAND, realizado a serviço do National Bureau of Economic Research, dos Estados Unidos, de que resultou o seu livro "A study in money flows", publicado em 1952, procede à análise da vida econômica em termos de fluxos monetários, ou seja, com referência especialmente ao uso da moeda e do crédito na produção, na repartição e na circulação da riqueza, interessando-lhe êsses fluxos na medida em que exprimem as flutuações da atividade econômica e podem ser, assim, o instrumento de sua avaliação. Isto pôsto, procede a três espécies de discriminações: a) a dos setores da atividade econômica (o próprio COPELAND os distingue em doméstico, sociedades industriais, emprêsas individuais, propriedades agrícolas, companhias de seguro sôbre a vida, outras companhias de seguro, as agências financeiras e imobiliárias, os trabalhadores independentes, os bancos e as instituições monetárias privadas e públicas, o govêrno federal, os govêrnos dos Estados e as administrações locais e o resto do mundo); b) a dos fluxos que estão excluídos do circuito principal, porque neste implícitos, a saber — b1) transações que não implicam qualquer pagamento em moeda e b2) transações chamadas técnicas, como as de câmbio, as de intermediação e as compensações financeiras; c) a dos fluxos do circuito principal, que são os que restam da exclusão anterior, dividindo-se em quatro grandes categorias: c1) transações sôbre o produto final, c2) transações sôbre o produto não final, c3) transferências públicas e privadas e c4) transações financeiras. Levado em conta apenas o chamado "circuito monetário principal", isto é, "todos os fluxos monetários que desempenham papel substancial nos ajustamentos econômicos globais", discriminados os diversos setores da atividade econômica que realizam entre si êsses fluxos, obtêm-se a respeito de suas transações as competentes cifras de receita e despesa, à luz de cujos dados cumpre então responder às seguintes indaga-

ções: a) o que cada setor comprou do produto nacional bruto? b) em que proporções essas compras se dividiram por operações de produção, de transferência e de financiamento? c) de que setores resultaram as duas últimas categorias de operações; d) de que modo os fluxos financeiros se ligaram ao movimento dos encaixes e dos diversos títulos ou contas? A preocupação de COPELAND, de que resulta a maior vantagem de seu sistema, consistiu em levar ao cômputo da riqueza nacional, além dos elementos já registados pelos sistemas anteriores, em particular os fluxos monetários que são a contrapartida dos fluxos de mercadorias, aqueles que foram por êles negligenciados, a saber, os que correspondem às transferências de moeda e operações financeiras, dêsse modo aprofundando a compreensão do problema.

10 — Tendo-se evoluido, como se viu, do sistema da contabilidade nacional, sob a forma, já funcional global, já dos grupos sociais, para os sistemas das relações interindustriais de LEONTIEFF ou dos fluxos monetários de COPELAND, surpreendemos na atualidade duas novas tendências do processo do balanço social da riqueza: uma, de caráter sincrético, de que é espelho o trabalho "A comparison of the structure of three social accounting system", publicado em 1952 por S. SIGEL, sob o patrocínio do National Bureau of Economic Research, e em que se procura realizar a articulação, senão a conciliação entre os diversos sistemas de contas nacionais. Foi o que se propôs em 1952 e 1955 o Serviço dos Estudos Econômicos e Financeiros do Ministério das Finanças da França, pela integração, no quadro do produto e da renda nacional, das relações interindustriais, da decomposição técnica dos ramos da produção e dos fluxos monetários; a outra tendência corresponde à chamada contabilidade prospectiva, ou, como também se denomina, "orçamento econômico da nação", idéia lançada por BEVERIDGE, no seu livro "Do pleno emprêgo para todos, numa sociedade livre". Como a palavra expressa, a contabilidade pros-

pectiva, baseada nos dados retrospectivos, do passado, visa a estabelecer uma previsão, para o futuro, do desenvolvimento das contas nacionais. Essa previsibilidade parte da concepção da existência de relações estáveis e constantes na vida econômica. De fato, tanto os fatores tecnológicos, quanto os sociais, possibilitam essa concepção: os primeiros, em vista das proporções até certo ponto invariáveis com que se combinam, e os segundos, pela sua obediência tendencial ou probabilitária a leis humanas de comportamento. Daí partindo, procede-se à dupla operação de avaliação do produto nacional bruto do futuro (disponibilidades em energia humana, produtividade, tempo de trabalho, equipamento disponível, aquisições no estrangeiro, etc.) e da despesa nacional do futuro (de consumo privado, de equipamento, com a ordem e a segurança, etc.), de cujo confronto resulta ou uma igualdade e, nesse caso, equilíbrio, ou uma desigualdade, com perspectivas inflacionárias ou deflacionárias, que a previsão feita visa justamente a corrigir em tempo, com o restabelecimento do equilíbrio ameaçado.

11 — Ao concluirmos êsse esboço da evolução do princípio da contabilidade social, não devemos omitir também outros dois prismas por que é êle hoje estudado. Um é o prisma internacional, com o objetivo não só da realização do método comparativo das contas das diversas comunidades do globo, no sentido da identificação dos seus processos e da confrontação dos seus resultados, em busca de uma política econômica mundial unificada, como da obtenção de dados tão gerais quanto possíveis, capazes de por si mesmos projetarem uma cada vez mais ampla e profunda compreensão das conjunturas econômicas do planeta. Outro, é o prisma que podemos chamar social, pelas ligações que estabelece entre o problema da luta de classes e a possibilidade de explicá-lo e concorrer, portanto, para a sua solução, tendo em vista a luz que os elementos estatísticos podem lançar sôbre as causas das desigualdades. O que leva, através da contabilidade nacional, ao estudo da distribuição individual e grupal dos

réditos no conjunto da população, indiciando-se dessa maneira o grau de desnível existente entre as diversas camadas ou estratos sociais, no sentido de uma política distributiva mais justa.

12 — Uma palavra deve ser dita, a continuação, sôbre o progresso da contabilidade social em nosso país. Segundo lemos na Revista do Conselho Nacional de Economia, "apesar de já se encontrarem em execução estudos de renda nacional em nosso país, desde alguns anos, verifica-se a existência de um *lag* se confrontarmos o alcance das pesquisas brasileiras neste setor com as de outras nações". De qualquer maneira, já se deu notável impulso, entre nós, ao problema, haja vista a circunstância de vir o Conselho Nacional de Economia publicando constantes estimativas a respeito das contas nacionais, o que só se tornou possível graças a um duplo esforço: o da análise teórica dos métodos da contabilidade social, no que aliás aquêle órgão, tanto quanto a Fundação Getúlio Vargas, tem procurado assimilar as mais recentes conquistas científicas dos meios avançados, e o do aperfeiçoamento das estatísticas tão indispensáveis a qualquer empreendimento dessa natureza. A princípio o Departamento Econômico do aludido Conselho vinha tentando uma classificação dos gastos públicos. Seguiu-se a vinda do técnico ALPHONSE DE ROSSO, da Divisão Política Fiscal do Departamento Econômico das "Nações Unidas, cujo trabalho, em conjunto com os órgãos da economia nacional, de acôrdo com o testemunho de ANIBAL VILLELA, "tornou possível uma aplicação da metodologia das contas nacionais à economia brasileira". A tarefa de maior envergadura começou, porém, em 1947, época em que o antigo Núcleo de Economia da Fundação Getúlio Vargas, depois transformado em Instituto Brasileiro de Economia, "realizou as primeiras reuniões orientadas no sentido de promover a avaliação, em bases permanentes, das estatísticas brasileiras da renda nacional, balanço de pagamentos e índices de preços", conforme nos dão notícia ANTÔNIO DIAS LEITE JUNIOR e GENIVAL SANTOS, em trabalho na Revista Brasileira de Economia. Essas

atividades começaram por uma análise conceitual da matéria, procurando-se, inclusive, ajustar ao caso brasileiro os métodos alienígenas. Houve a colaboração do prof. G. HABERLER, da Universidade de Harvard. Prosseguiu-se com a elaboração de um primeiro programa de pesquisas, com a realização do inventário do material estatístico existente (em relação aos anos de 1945-1947) e com a execução dos trabalhos sob a diretiva dos economistas ANTÔNIO DIAS LEITE e GENIVAL SANTOS. Organiza-se em 1948 a Equipe de Estudos da Renda Nacional (E.E.R.N.), a qual, em 1949, concluiu uma primeira estimativa provisória da renda nacional líquida, ao custo dos fatores, para 1947, seguindo-se a correção dessa conta e a apresentação de outra, para 1946. Foi quando, em fins de 1949, providenciou-se a vinda ao Brasil do dr. J. B. D. DERKSEN, chefe da Secção de Renda Nacional do Serviço de Estatística das Nações Unidas, o qual aqui trabalhou durante algum tempo, apresentando afinal um relatório. À luz, então, de suas conclusões e das formuladas pelos citados economistas nacionais, e atendendo à sugestão do chefe do Núcleo de Economia, prof. EUGENIO GUDIN, a E.E. R.N. foi reestruturada, em 1950, passando dessa forma a atender de maneira mais construtiva às suas finalidades. Isso tornou possível a publicação, em setembro de 1951 (Rev. Bras. de Ec., ano 5, n. 3), como resultado de quatro anos de trabalho, da Estimativa da Renda Nacional do Brasil, anos de 1947-1949. Estabeleceu-se daí por diante a desejada continuidade de ação, sendo que esta, por determinação governamental, passou a obedecer a uma certa divisão do trabalho entre o Conselho Nacional de Economia, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e a Fundação Getúlio Vargas.

III

13 — Nada do que até hoje se tem conseguido em matéria de contabilidade social teria sido possível, sem o paulatino aperfeiçoamento dos respectivos instrumentos de trabalho. Isto é,

dos meios materiais, teóricos e institucionais, de que possamos dispor, para realizar a tarefa. De um lado, esta depende da sistemática racionalização dos processos de análise, o que requer, antes de mais nada, a existência ou a formação de uma equipe de técnicos dotados da necessária habilitação científica. De outro, condiciona-se à obtenção de uma suficiente massa de dados estatísticos em que se fundamentem os estudos programados. MARCHAL vai mais longe, sugerindo que não só as contas nacionais, obtidas por meio de observação eficiente, sejam minudentes e realistas, como as conclusões de sua interpretação possam ser efetivadas com o auxílio de adequados instrumentos de controle, de que participe a própria organização governamental (9). Desta maneira, abrange tanto os elementos de coleta, sistematização e interpretação dos dados da contabilidade social, como os que sejam chamados a construir a política econômica por ela ditada.

14 — Nesse âmbito, a experiência demonstrou que os instrumentos propriamente ditos da contabilização estavam dispersos, e assim mesmo de modo deficiente, em empresas privadas e repartições governamentais. Quanto à realização das conclusões dela resultantes, nenhum órgão administrativo ou político estava preparado para torná-la efetiva na devida oportunidade. No primeiro caso, tornou-se imperativa a criação de órgãos centrais de controle, no sentido de orientar a coleta e promover a sistematização e a interpretação dos dados estatísticos obtidos (haja vista, no Brasil, os departamentos especializados da Fundação Getúlio Vargas, do Banco de Desenvolvimento Econômico e do Conselho Nacional de Economia; na França, a Comissão de Contas e de Orçamentos Econômicos da Nação; nos Estados Unidos da América do Norte, o "National Bureau of Economic Research", etc.). No segundo, evidenciou-se a importância de criar órgãos político-administrativos capazes da direção da política econômica nacional, como é o caso, em nosso país, do Con-

9) Op. cit., pg. 594/595.

selho Nacional de Economia. A importância das contas nacionais conduz hoje toda a comunidade, a partir da contabilidade das empresas particulares, até os mais altos órgãos da política e da administração, a se estruturar em função de suas exigências, sejam as de registro e cálculo das estatísticas, sejam as de realização das metas a cuja previsão dá lugar.

15 — Tendo em vista esse fato, pode-se dizer que o funcionamento da contabilidade nacional requer os seguintes instrumentos: a) de coleta dirigida dos dados econômicos, nas empresas privadas e nas repartições do Governo. Essa coleta abrange não só os dados comuns, permanente ou periodicamente estabelecidos, como os que ocasionalmente sejam necessários para preencher lacunas ou atender a pesquisas especiais; b) de controle geral do serviço, constante de uma seção de altos estudos para compreensão teórico-conceitual dos problemas da análise econômica e fixação das suas diretivas e dos métodos a empregar; e de outra seção de aplicação desse conhecimento na orientação do emprego dos dados obtidos, na sua sistematização e interpretação racional; c) de definição da política econômica e de organização do orçamento econômico nacional.

16 — Dentre as condições impostas ao processo de contabilidade nacional, cumpre chamar a atenção para as de tempo e espaço, em função das quais deve-se fazer um óbvio ajustamento dos métodos e das diretrizes geralmente em voga. É o caso, por exemplo, dos países sub-desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento e daqueles em que se verifica a diversificação de economias regionais, hipóteses em que as normas a adotar devem ter em vista igualmente o objetivo do desenvolvimento econômico e a repartição dos recursos pelas diferentes áreas em que se divide o território nacional.

17 — Sob outro prisma, eminentemente conceitual desta vez, impõe-se definir a nomenclatura a usar, em conformidade com os subsídios fornecidos pela lexicologia econômica. O voca-

bulário utilizado na Economia Política já é de si controvertido, provocando maiores dificuldades nos quadros da contabilidade nacional, em que as palavras assumem sentido ainda mais específico. A propósito, apenas algumas referências, para exemplificar.

A palavra *fluxo*, muito empregada, merece uma explicação. Significando na linguagem comum certa forma de mobilidade ou de passagem de um para outro lugar, aqui quer dizer, segundo BARRE, "o movimento de uma soma de objetos, determinado por um conjunto homogêneo de decisões" (10), o que é completado por VILLELA, quando diz que "transações" são "a passagem de um objeto financeiro ou real de um para outro setor", dividindo-se assim em reais e monetárias. "Fluxos", então, seriam uma espécie de transação real ou monetária, isto é, "as transações de objetos de mesmo tipo entre dois setores". Desta forma, não importando que as transações sejam reais ou monetárias, o essencial para que se caracterizem como fluxos é que sejam de objetos de mesmo tipo (11).

O exame das distinções feitas pelo autor citado permite concluir que os fluxos se realizam entre setores diferentes ou dentro de um mesmo setor; são reais e financeiros; podem se bilaterais ou compensados (quando dois fluxos se dirigem em sentido oposto entre dois setores) e de transferência (quando objetos reais ou financeiros passam de um setor para outro, sem que haja contrapartida); sendo que os primeiros se efetuam com objetos somente reais, com objetos reais e financeiros ao mesmo tempo e com objetos somente financeiros, enquanto os segundos se traduzem em transferência ora de objetos reais (transferências reais), ora de objetos financeiros (transferências financeiras).

Outra palavra que requer menção é *agregado*. Pode-se partir do seu sentido vulgar de associação ou conjunto de elementos. Aqui, todavia, para evitar confusão, cabe distinguir pelo menos três tipos de agregados: a) o de *agentes*, isto é, a

10) Op. cit., pg. 212.

11) In "Rev. do Cons. Nac. de Econ." cit. pg. 26/27.

junção, em conjuntos homogêneos, dos agentes ou fatores (não fatores) da economia cujo comportamento é idêntico. Essa identidade se estabelece pela natureza ou pelos fins dos agentes, sendo mais levados em conta o seu estatuto jurídico e suas atividades profissionais. A classificação que daí resulta pode variar, podendo-se adotar, por exemplo, a seguinte: a) o de *empresas*, compreendendo as empresas públicas, empresas sociais, estabelecimentos financeiros, empreendedores individuais, particulares, setor público e estrangeiro ou resto do mundo; b) o de *operações*, consistente na divisão, por conexão de interesses ou de fins, das operações econômicas. O que também se chama agregado funcional, por se referir ao agrupamento das operações conforme a função abstrata que exercem na economia, dando lugar ao sistema funcional global da contabilidade, em que aparecem os dados relativos à produção, ao investimento, ao dispêndio e ao consumo. Sendo estes os grupos ou agregados principais de operações, podem ser no entanto subdivididos conforme as necessidades da investigação; c) e, finalmente, os agregados clássicos, que são grandes, como o produto nacional, a renda nacional, a despesa nacional, provenientes da análise da atividade econômica de um determinado país e do emprego de seus resultados.

Convém distinguir ainda os agregados em *territoriais*, que resumem a atividade interior e exterior dos agentes, quando de sua residência no território nacional, qualquer que seja o seu domicílio habitual, e em *própriamente nacionais*, quando computam as operações efetuadas por agentes nacionais, mesmo residentes no exterior, mas excluem as dos agentes estrangeiros, mesmo residentes no território nacional.

Um terceiro vocábulo necessitado de interpretação é *insumo*. Trata-se de neologismo, em língua espanhola, criado para traduzir a palavra *input*, da expressão *input output relationships*, própria da técnica do sistema de contabilidade do economista WASSILY LEONTIEFF. *Output*, por sua vez, foi traduzido na mesma ocasião para *producción*. Em português, à falta de coisa melhor, *insumo* vai adquirindo foros de aceitação. Evidentemen-

te significando a soma do valor dos bens, matérias primas e serviços utilizados no processo da produção (inclusive certos impostos, utensílios e bens destinados à poupança e inversão), o insumo acaba por ser o *consumo reprodutivo*, diverso do consumo propriamente dito, ou improdutivo. O primeiro é tudo o que se consome no processo produtivo, enquanto o segundo é a utilização final da produção mesma.

Outros termos serão explicados ao correr da exposição.

18 — Para concluir esta parte, assinalemos que a contabilidade social, ou nacional, requer o método contabilístico das partidas dobradas, de acôrdo com a orientação de AUKRUST e STONE.

IV

19 — Passemos agora ao estudo do processo através do qual se realiza a contabilidade social ou nacional e que comporta uma gradação, desde a análise das unidades mais elementares e homogêneas da atividade econômica, até os grandes agregados, com efeito retrospectivo e, finalmente, prospectivo.

20 — A comunidade nacional é constituída de uma população e do território (ou meio natural) em que ela habita, com tôdas as suas riquezas e possibilidades materiais. A êsses podemos acrescentar os elementos imateriais: civilização, cultura, instituições, ou mais resumidamente, o que os sociólogos denominam *equipamento cultural*, uma de cujas parcelas é a *técnica*. Já se vê que tudo o que se produz, consome, poupa e investe resulta dêsses fatores, cuja avaliação bruta deve constituir, portanto, a primeira preocupação. Por essa via se chega a uma primeira magnitude — a da riqueza, fortuna ou capital nacional, capaz de possibilitar o conhecimento daquilo de que dispõe uma nação para a sua vida e o seu desenvolvimento econômico. Combinando os diferentes dados assim obtidos, é possível, inclusive, estimar a capacidade econômica da nação em função do inter-

câmbio com o exterior e até mesmo efetuar uma aproximação no que respeita a essas condições qualitativas e dificilmente ponderáveis que segundo F. PERROUX dão a medida do poder de uma coletividade, a saber — sua capacidade de produzir, de comprar, de investir, sua força contratual, essa dinâmica, enfim, de desenvolvimento que lhe é própria e não se exterioriza apenas em seus aspectos materiais, porque é acima de tudo um patrimônio cultural.

21 — Atentando melhor nesse conjunto de elementos, distinguimos em primeiro lugar os *imateriais* e os *materiais*. Os primeiros se subdividem em *morais* e *culturais*, e, evidentemente, não são passíveis de avaliação quantitativa, senão, apenas, de observação por inferência. Os segundos, objetivamente avaliáveis, subdividem-se por sua vez em *humanos*, porque concernem à força de trabalho ou à capacidade de serviço da população, e *naturais*, porque representados pelos fatores do meio físico. Os *humanos*, que a ciência demográfica estuda e classifica, constituem-se do trabalho não qualificado, qualificado, técnico e científico, incluindo-se no último o dos inventores e das profissões liberais, todos êles formando a categoria econômica dos *serviços*. Os *naturais*, a que se pode dar o nome genérico de *bens*, compreendem os *bens potenciais* e *gratuitos*, isto é, aquêles que preexistem à ação do homem e nada lhe custa (solo, ventos, energia solar, etc.) e os *bens* que chamamos *ativos* e *onerosos*, porque demandam esforço produtivo e como tais têm atuação econômica. Uma classificação, desta última classe de bens, aliás a mais importante, não é fácil e há sido mais de uma vez, tentada. Achamos que não haverá lacuna ou demasia se os classificarmos em: a) *bens de capital*, podendo ser *técnicos* (ferramentas e instalações) e *financeiros* (valores monetários); b) *bens intermediários*, constituindo o insumo da produção, como as matérias primas; c) *bens finais* ou *acabados*, destinados ao consumo; d) *direitos*, constituídos daquilo a que se pode fazer jus como resultante de qualquer transação ou prestação de serviço;

e e) *patrimônio mobiliário e imobiliário* (bens móveis ou imóveis duradouros, em estado de consumo, não de produtividade).

Tendo em vista essa enumeração, para chegarmos à composição da riqueza racional, teremos que fazer *tabula rasa* dos elementos imateriais, imponderáveis, e levar em conta apenas os materiais. Quanto a êstes, ainda assim, abstrair dos serviços humanos e dos bens potenciais e gratuitos, que só expressam riqueza quando insumidos nos demais bens e nêles, portanto, já se acham implicitamente computados. Restariam assim: a) o capital técnico e financeiro; b) os bens intermediários, considerados apenas os em stock, vez que os outros insumidos na produção, já estariam implicitamente computados nas outras classes de bens; c) os bens finais ou acabados, considerados apenas os destinados ao imediato consumo, para não confundir com os duradouros, já incluídos na quinta categoria; d) os direitos; e, por fim, e) os bens patrimoniais.

22 — O cômputo de tudo isso levar-nos-ia a somar o produto da atividade de cada membro da população, o de que cada um dispõe e como cada qual emprega a sua cota-parte na formação da riqueza social.

Isso, todavia, seria impraticável, não só por motivos técnicos, como por outras razões relacionadas com o modo por que os homens vivem e trabalham na sociedade. De fato, a morfologia social é complexa e não se mede pela entidade individual simples. Os princípios da competição e da solidariedade, a cooperação que no campo econômico, sobretudo, se faz necessária, a famosa lei da divisão do trabalho, tudo são condicionantes que levam os homens a agir conjugadamente, em forma de associação, dando lugar a entidades que, sem embargo de compostas por êles, são vistas à luz da fenomenologia econômica como orgânicas, homogêneas, uma vez que atuam como um todo. É verdade que há o produtor autônomo, isto é, o indivíduo que produz independentemente, no concêrto da economia; êste mesmo, porém, só o é por definição jurídica, não que seja absolutamente isento em

relação aos demais, mesmo que a êle se agreguem apenas por laços de subordinação ou lhe prestem serviços indiretamente. Surgem, assim, as *unidades econômicas elementares*, cuja atuação constitui o ponto de partida da operação contábil.

23 — A comunidade nacional é, assim, composta de múltiplas e variegadas *unidades econômicas*. Umas, como as famílias, resultam da afinidade biológica. Outras, como a fábrica, das relações de cooperação material de produção. Outras, ainda, como o Estado, da necessidade de organização política. Tôdas, no entanto, pressupõem uma atuação econômica, a qual pode ser devidamente avaliada na sua fonte.

É o de que se ocupa a contabilidade em geral, seja a doméstica, no caso das famílias, seja a comercial, a industrial, etc., no caso das emprêsas privadas, seja a pública, no caso do Estado.

Tais entidades, por mais fechadas e auto-suficientes que desejem ser, no estado atual da economia têm que entrar em inúmeras relações de intercâmbio umas com as outras. Desta forma, para que tôdas essas relações — chamadas transações — possam ser suficientemente registradas, organizam-se duas espécies de contas: — as de balanço e as de lucros e perdas. Como diz RUGGLES, a conta de lucros e perdas proporciona uma grande quantidade de informações acêrca do que há ocorrido durante um certo período (um ano, geralmente), enquanto que o balanço indica a situação econômica assim gerada ao término dêsse espaço de tempo.

Essas contas são em seguida relacionadas entre si, na mesma unidade e logo entre unidades diferentes. Como o citado autor acentua, proporcionam uma estrutura contábil que torna possível a análise das operações das diversas unidades e permite a elaboração de um amplo quadro da economia como um todo, base sôbre a qual se realiza a contabilidade social.

24 — Nesse sentido, porém, nem é praticamente útil, nem logicamente necessário tomar cada uma dessas unidades de per

si. Diversificam-se, mas, sob certos aspectos, há nelas uma certa identidade de comportamento que permite a simplificação da operação contábil. É o que se consegue classificando-as em conjuntos o quanto possível homogêneos, a que se dá o nome de *agregados* (no caso, agregados de agentes).

A classificação requer um critério. Vários podem ser os critérios adotados, uns mais simples, outros mais complexos, dando lugar a um número correspondente de tipos de classificação, os quais, por sua vez, permitem entre si úteis combinações. Quanto mais minudente a contabilidade, maior e mais detalhada a composição taxinômica. Comumente apela-se para os aspectos do estatuto jurídico ou da atividade profissional dos agentes. A classificação mais simples e aceita é a que distingue as unidades econômicas de acôrdo com as seguintes categorias adotadas em nosso país, segundo informação na Rev. Bras. de Economia: a) indivíduos ou consumidores; b) emprêsas; c) govêrno; d) exterior ou resto do mundo; e) mercado de capitais. Em MARCHAL encontramos nove grupos principais: a) emprêsas públicas; b) emprêsas sociais; c) estabelecimentos financeiros; d) empreendedores individuais; e) particulares; f) setor público; g) seguro social; h) união francêsa e i) estrangeiro (12). Na França a divisão oficial é a seguinte: a) emprêsas; b) particulares; c) Estado e coletividades locais; d) seguro social; e) estrangeiro; f) territórios de ultra-mar; e g) mercado de capitais. A organização das Nações Unidas (O.N.U.) estabeleceu os seguintes grupos; a) emprêsas; b) famílias e organismos privados com fins não lucrativos; c) o Estado; e d) resto do mundo.

Desdobramentos são possíveis, como se vê, acrescentando-se além disso, nos países colonizadores, os territórios coloniais, assim separados do território metropolitano.

Cumprindo acentuar que o critério classificativo deve ser o mais racional e coerente possível, mas que as dificuldades acar-

12) Op. cit., pgs. 525.

retadas exigem uma certa dose de puro arbítrio e convencionalismo, a melhor distribuição parece-nos a seguinte: a) indivíduos ou consumidores, compreendendo as pessoas físicas beneficiárias de rendimentos, consumidoras de bens e serviços e aforradoras de capitais; b) famílias e associações civis sem fins lucrativos; c) empresas lucrativas, sejam elas de qualquer natureza — individuais ou coletivas, privadas ou públicas, comerciais, industriais, agrícolas, de seguro ou de capitais, qualquer a sua forma de organização; d) govêrno, compreendendo todos os organismos político-administrativos nacionais, estaduais e locais, metropolitanos ou das colônias; e e) resto do mundo, uma vez que na contabilidade nacional, limitada ao território do país, deve-se ter em vista o intercâmbio dos grupos internos com os mesmos grupos das outras nações.

25 — Assim distribuídos por setores os agentes econômicos, distribuição que aliás se desdobra e multiplica conforme as necessidades (haja vista os que resultam do sistema de LEONTIEFF), a etapa subsequente consiste na discriminação das atividades ou operações econômicas levadas a efeito por êsses agentes. Essas operações variam numa mesma unidade, entre unidades de um mesmo setor e entre setores diferentes. Portanto, o seu cômputo em termos macro-econômicos, para que se tenha uma idéia dos valores da economia nacional, exige a respeito delas, também, uma classificação.

26 — Nesse particular, o que imediatamente salta à vista são as operações básicas — produção e consumo. O chamado *fluxo circular* ou *circuito econômico*, é, contudo, mais, complexo. Há que levar em conta, entre os extremos aludidos, aqueles fenômenos que se tornaram objeto de dois outros capítulos da E. Política, a saber — circulação e distribuição. Assim, depois de produzidos, os bens entram em circulação, isto é, vão ao mercado, para serem vendidos, só então seguindo-se o consumo. Nesse processo, todavia, introduz-se uma operação perpendicular às

outras, e que consiste na divisão dos réditos obtidos com a produção e sua venda, entre os que nelas cooperaram, possibilitando os ganhos, com cujo dispêndio os consumidores satisfazem as necessidades. Nem tôda a riqueza produzida é, no entanto, consumida. Uma parte se destina ao chamado consumo reprodutivo ou insumo e outra vai poupada ou capitalizada, para novos investimentos destinados à atividade produtiva, e é o que se chama, ao lado das outras operações, — a de inversão e formação de capital. Pode-se acrescentar, por fim, as operações administrativas, que são as realizadas pelo Estado — cobrando impostos e efetuando serviços, para a preservação da ordem social.

Temos, assim, as operações econômicas classificadas em: — de produção, de consumo, de investimento e capitalização e administrativas.

27 — Importa agora relacionar os supra-referidos agregados de agentes com os agregados de operações. Como salienta BARRE (13), “na elaboração de um sistema de contas sociais, o principal problema a resolver é a combinação das multiplas operações particulares em um número manejável de contas e transações”. O que significa, em última análise, a necessidade de realizar uma classificação de contas, de modo que sejam elas espelho fiel das atividades dos diversos agentes, nos diferentes setores operativos.

Não é fácil tarefa, tendo em vista que não há correspondência exclusiva entre determinados agentes e determinadas operações, mas, pelo contrário, um entrelaçamento quase total, de modo a diferentes agentes realizarem simultaneamente operações diversas e estas, por sua vez, corresponderem a vários agentes ao mesmo tempo.

Parece-nos que o caminho natural dêsse trabalho consiste em contabilizar a atuação de cada um dos agentes em cada qual das operações por êles realizadas, certamente considerados uns

13) Op. cit., pgs. 224.

e outras em seus respectivos agregados, a fim de atender às exigências da macro-economia, e, em seguida, dividir as contas que daí resultam em agrupamentos homogêneos, a que julgamos também poder dar o nome de *agregados de contas*, que correspondam à realidade das transações totais de uma dada comunidade econômica.

Chegou-se assim a distinguir três espécies de contas: *a de produção*, *a de capital* e *a de afetação*. A *conta de produção* reúne os fluxos relativos à atividade corrente da produção: no débito, a compra de todos os bens materiais e imateriais (trabalho) necessários à produção, os impostos indiretos que o empresário suporta, as cotas de seguro social ou assemelhadas, que deva pagar, o valor dos stocks iniciais; no crédito, as vendas correntes, as subvenções (isto é, receitas sem venda de produtos ou complementares às vendas efetuadas), o auto-consumo, o auto-equipamento, os stocks finais, resultando da comparação entre as duas quantidades o rendimento bruto da produção. A *conta de capital*, por sua vez, reúne as operações de investimento e constituição de *stocks*: no débito, as compras de bens de equipamentos, o auto equipamento e os *stocks* finais; no crédito, as vendas ocasionais de bens de equipamento e os *stocks* iniciais, resultando do balanço as somas consagradas ao financiamento de equipamentos e *stocks*. Por fim, a *conta de afetação* corresponde à imputação e redistribuição dos rendimentos da produção, inscrevendo: no crédito, o rendimento bruto da produção, as vendas ocasionais de bens de consumo (correspondentes às somas que o agente obtém em troca de bens anteriormente adquiridos para a satisfação de suas necessidades), dividendos, subvenções e indenizações recebidas, os empréstimos líquidos obtidos e que correspondem a um suplemento de recursos e os bens gratuitos de natureza; no débito, as compras efetuadas para atender às necessidades produtivas, os benefícios distribuídos a terceiros, os impostos diretos, as cotas de seguro social e outras, os empréstimos líquidos efetuados, o autoconsumo, o consumo de bens gratuitos e o financiamento de equipamentos e *stocks*.

Estabelecidas essas contas em relação às diferentes unidades econômicas, na realização do cômputo das operações a que se dedicam, pode-se então transpor os resultados para o campo macroeconômico dos agregados, partindo do ponto de vista de que as contas da produção e de capital dependem essencialmente da natureza da atividade exercida e dos bens produzidos, enquanto as contas de afetação resultam, antes de tudo, do estatuto jurídico dos agentes, dando lugar a três séries de contas: a) uma primeira, obtida pela soma de tôdas as contas de produção dos agentes pertencentes a um mesmo setor; b) uma segunda, somando tôdas as contas de afetação dos agentes pertencentes a um mesmo grupo social; c) e uma terceira, somando tôdas as contas de capital dos agentes pertencentes a um mesmo setor, delas surgindo, respectivamente, a análise global das operações de produção, do emprego dos rendimentos e da formação do capital.

MARCHAL, a cujas lições, na matéria, nos abeberamos, e que por sua vez se baseia nas conclusões do "Service des Études Économiques et Financières" do Ministério das Finanças da França, tendentes a articular os diversos métodos da contabilidade social numa síntese mais frutuosa, sugere a necessidade de outros tipos ou agregados de contas, ainda mais amplos, a que dá o nome de *comptes écrans* e cuja finalidade é traduzir em termos abstratos o resultado das contas anteriormente citadas — de produção e de capital por setores e de afetação por grupos, tomadas no seu conjunto. Essas novas contas são então classificadas em seis variedades pelo menos: de transação, compreendendo as compras e vendas de bens e serviços; de operações financeiras ou de crédito, compreendendo as operações sobre títulos creditórios e bancárias; de transferências, (transações que dão lugar a pagamento, mas sem contrapartida direta, como dividendos, impostos, subvenções, cotizações, indenizações, etc.), criadas para agrupar as operações relativas a um tipo determinado de trans-

ferência; e de operações que não dão lugar a pagamento, como de trocas em espécie, de cessão e de *stocks* (14).

Tais sistemas de contas, possibilitando a organização de detalhadas tábuas econômicas, finalmente conduzem ao esclarecimento dos grandes agregados clássicos, sôbre os quais nos resta falar.

28 — Êsses agregados, a partir do conhecimento, pelos processos já mencionados, da riqueza nacional e dos modos por que ela se distribui, são principalmente o produto nacional, bruto e líquido, a renda nacional bruta, líquida e disponível e a despesa nacional.

29 — O problema do cômputo do produto nacional afigura-se simples em termos de contabilidade, mas assume aspectos econômicos complexos em vista: a) dos elementos qualitativos a que muitas vêzes se condiciona a atividade econômica; b) das chamadas *duplicações* dos elementos que entram na composição do produto e que precisam ser reduzidas; c) dos elementos residuais, entre os mercados interno e externo, de um período para outro ou de uma empresa para outra, cujo ajustamento é preciso fazer; d) das variações monetárias e dos preços, por sua vez de difícil contrôle; e) e, por fim, da atividade econômica do Estado.

Levados inicialmente a inventariar todos os bens e serviços produzidos pela comunidade nacional, teríamos entretanto uma magnitude irrelevante, incapaz de permitir o retrato fidedigno da realidade econômica nacional, porque pleonástica, isto é, evitada do vício das *duplicações*. Na verdade, muitos dos bens que se produzem e dos serviços que se realizam, pelo fato de contribuirem para a produção de outros, e nêles, portanto, se integram, são computados isoladamente e ao mesmo tempo em cômputo com os outros em que se subsumem, havendo desta forma uma duplicidade ou duplicação no seu cômputo, que passa a ser assim irreal. Se considerarmos, por um lado, a multiplicidade

14) Ver Marchal, op. cit., pgs. 517 e segs.

das entidades econômicas cujos balanços têm de ser computados para a avaliação do produto nacional, por outro a diversidade delas e, enfim, o seu grau de integração, fácil é concluir pela gravidade dos equívocos que tais redundâncias podem acarretar ao processo avaliativo.

Em conseqüência, a primeira preocupação de quem queira chegar a um resultado legítimo, deve consistir nas deduções e compensações indispensáveis ao processo de decantação do valor econômico do produto, de modo que, afastadas as aludidas duplicações, seja cada elemento computado uma só vez. Isso fatalmente nos conduz a considerar, na avaliação, somente os bens e serviços acabados e finais do processo produtivo, isto é, aqueles elementos de que em última análise provém a possibilidade de utilização do produto. Assim, na produção do pão, porque já se achem inclusas nesse produto final, em condições de ser consumido, não devemos levar em conta as matérias primas — trigo, farinha, fermento — que entraram nos seus diferentes estádios de fabricação. Do mesmo modo, não é possível contar o chamado *trabalho produtivo* de que provém a coisa material, incluso que se acha êle no valor do produto, mas, apenas, como *serviço*, a atividade daqueles que, *verbi gratia*, pelo comércio, transporte, etc., contribuíram para pôr o produto em condições econômicas (não apenas técnicas) de ser consumido.

Por êsse caminho chegaremos a uma primeira noção de produto nacional como sendo o valor total da produção, descontado das duplicações.

30 — A partir dessa fórmula e pela supressão dos vários elementos negativos, isto é, de custo, ser-nos-á possível chegar à determinação do produto nacional líquido (PNL). Cumpre então verificar o que ainda se deve subtrair, além das duplicações.

O novo subtraendo que imediatamente nos acode são os desgastes ou depreciações a que se sujeitam os chamados bens instrumentais (máquinas, edifícios, utensílios, etc) e que resultam do uso, da desutilidade (isto é, da falta de utilização ou da

imobilização de seus serviços) ou da obsolescência (isto é, da circunstância de se tornarem os equipamentos obsoletos, pela utilização de outros mais modernos).

31 — Resta considerar ainda os seguintes elementos: um dêles concerne aos chamados resíduos produtivos que passam de um período para outro da produção, computada, geralmente, em termos anuais. Ao começar um determinado período, pode haver evidentemente um certo *stock* de bens, proveniente do período anterior. A êsse stock, que deve ser, em consequência, descontado, acresce-se outro no período considerado, justificando a necessidade de se estabelecer a diferença entre ambos, para o fim da obtenção de um resultado real a respeito.

Outro elemento a que nos queremos referir é o respeitante ao comércio com o exterior, uma vez que a comunidade nacional não é fechada, mas aberta, isto é, mantém relações de intercâmbio com as outras nações.

HICKS, em sua obra "Introdução ao Estudo da Economia" (15), acentua que essas relações são de seis tipos: a) venda de bens e serviços ao estrangeiro — as exportações, o que demonstra que uma parte do produto nacional é comprada fora do país; b) a compra de bens e serviços ao estrangeiro — as importações, o que demonstra que uma parte do produto nacional provém de aquisições feitas fora do país, ou melhor, uma parte do rendimento nacional é gasta em bens produzidos no estrangeiro; c) o capital nacional inclui bens e, além disso, obrigações do estrangeiro, do que resulta haver membros da comunidade nacional cujos rendimentos provém não só da produção nacional, mas, também, de juros e dividendos de ativos externos. Pode também acontecer que os nacionais tenham obrigações para com os residentes no exterior e neste caso uma parte do produto nacional é enviada para lá. Após êstes pagamentos, os resíduos vêm a constituir os

15) Trad. da Liv. Clássica Edit., Lisboa, pgs. 161.

rendimentos dos nacionais. Assim, no rendimento nacional, uma parte dos lucros é paga a credores no exterior e uma parte dos juros e dividendos recebidos provém de devedores do exterior; d) a quarta espécie de relação econômica com o exterior a considerar é a referente a empréstimos internacionais, feitos quer por emprêsas, quer por particulares. Dêste modo, numa economia aberta, a poupança deixa de ser igual ao investimento líquido, pois poderemos antes dizer que a poupança iguala a soma do investimento líquido com o empréstimo exterior líquido; e) o problema das dádivas internacionais, que, ao contrário das internas, podem não se compensar ou anular e que, conforme o tipo de dádivas e a direção em que é feita (dos residentes ao exterior ou vice-versa), devem ser somadas ou deduzidas no cálculo do rendimento; f) a possibilidade de que uma parte da poupança líquida e dos empréstimos contraídos pelas emprêsas (no sentido mais lato, que inclui os Bancos) possa aplicar-se não em investimento líquido no sentido habitual, mas sim na aquisição de ouro. Todos êsses são, como se sabe, os elementos da balança de pagamentos, cujo resultado deve ser assim computado na apuração do produto social ou nacional. É preciso, diz SAMUELSON (in "Introdução à Análise Econômica", págs. 318 do I vol. da ed. bras. de 1952, Agir Ed.), calcular a diferença entre o valor total de todos os bens e serviços que um país mande para o exterior e o valor total dos bens e serviços que receba do exterior. Acrescenta êle: "Calcula-se o total do valor das exportações acrescido dos ganhos dos fatores de produção residentes no exterior, e o total do valor das importações com os ganhos dos fatores de produção residentes no país, mas não nêle domiciliados. Se exceder, o balanço é favorável para o país. Se não exceder, o balanço é desfavorável para o país".

32 — O último elemento que temos a considerar relaciona-se com as funções produtiva e impositivas do Estado. O assunto é controvertido sôbre a necessidade, a possibilidade e a maneira de computação dêsse novo elemento, nêle se introduzindo apre-

ciações de ordem moral e se adotando normas de fundo puramente arbitrário e convencional. Desdobra-se êle, para começar, em três categorias: a) despesas governamentais; b) impostos; c) atividade produtiva estatal. Referindo-nos, conjuntamente e em primeiro lugar, às duas primeiras, cumpre meditar em que a função do Estado não visa a criar riqueza, mas, apenas, em possibilitar a ordem dentro da qual essa riqueza se pode produzir e valorizar. É aquilo que MAC IVER chama função específica da associação estatal. Com êsse objetivo, o Estado arrecada impostos e os despense não só na manutenção de sua própria estrutura governamental e administrativa, como na realização de bens e serviços indispensáveis à atividade produtiva privada. Sendo assim o Estado um mero instrumento intermediário, u'a máquina político-administrativa, cujo custo é pago pelo que tributa aos cidadãos, e não tendo, senão excepcionalmente, como veremos adiante, função produtiva própria, o que nos ocorre imediatamente é já estarem os elementos a êle correspondentes inclusos — os impostos, no custo de produção privada e as despesas, no consumo necessário à produção, razão por que não deixariam, em última análise, de até certo ponto compensar-se, justificando a desnecessidade de sua computação no produto nacional.

Quanto aos impostos, convém salientar o seguinte: no valor do produto nacional estão incluídos, como diz SAMUELSON, todos os impostos, sejam diretos ou indiretos. Reflete-se essa circunstância da cobrança de impostos, todavia, no sentido de uma redução da renda, proporcional ao seu montante. Chama-se então *renda disponível* o restante dos ganhos atribuídos aos fatores da produção, depois de deduzidos os impostos pagos. Alguns desses impostos, como os indiretos, arrecadados ao correr dos processos produtivo e comercial, constituem despesas insumidas na produção e, por isso, são excluídos do cômputo da renda nacional. Outros, entretanto, pagos direta e independentemente da tarefa produtiva, são incluídos no cômputo da renda nacional. Em consequência, como o produto nacional engloba o valor de todos os impostos e a renda nacional

sofre pelo menos a dedução dos impostos indiretos, segue-se que a última possa ser inferior ao primeiro, equivalendo precisamente essa diferença ao total arrecadado de impostos indiretos.

Quanto às despesas governamentais, temos também que mencionar as dúvidas que ocorrem, ao indagar-se dos fins dos bens e serviços pagos pelo Estado. Depois de informar que os estatísticos tendem a incluir tôdas as compras governamentais de bens e serviços no produto nacional líquido, SAMUELSON discute êsse método, perguntando-se até que ponto êle é justo. Sabido é que sòmente se computam no produto nacional os bens e serviços já elaborados, acabados e finais, cabendo então indagar em que medida o são os bens e serviços do Estado, ou se, diversamente, a mor parte dêles não se afigura antes como produtos intermediários insumidos já na produção e, portanto, deduzíveis, para evitar a duplicação. Quer-nos parecer, dada a função específica do Estado, a que nos referimos, que a mor parte dêsses bens e serviços é de natureza intermediária, sua produtividade já se acha inclusa na do produto total, pois para isso o Estado existe e atua, sendo portanto desnecessário computá-la mais uma vez. O problema, dadas as dificuldades inerentes, só se resolve por critério sócio-político e até certo ponto meramente empírico, procurando-se fixar aproximativamente as despesas governamentais que concernem de maneira estrita à função ordenadora do poder público, de que a atividade produtiva supletivamente se beneficia, computando-se então, apenas, no produto nacional líquido, as outras, que tenham produtividade própria.

Estas, então, respeitam ao que mais atrás chamamos atividade produtiva estatal, relacionada com o papel empreendedor que muitas vêzes o Estado assume, mormente nesta época de maior intervencionismo econômico. HICKS, em seu cit. livro, alude, por exemplo, às indústrias nacionalizadas como estando nessa categoria, excluindo outros tipos de emprêsas, prestadoras de serviços públicos, como os Correios. Refere-se, por outro lado, ao comércio de produtos alimentares e matérias primas que tem sido realizado pelos governos, através de alguns de seus departa-

mentos (o caso da COFAP, no Brasil), acentuando que a sua qualificação, no cômputo do produto nacional, depende de informações adicionais sôbre se essa atividade constitui um consumo ou um investimento, concluindo têrmos "razão para classificar uma grande parte dos gastos governamentais como investimento público", o que equivale a considerá-los na coluna do produto social (16).

Diante do que acaba de ser dito sôbre a intromissão governamental na atividade econômica, quer-nos parecer que, mediante a inevitável dose de empirismo e convencionalismo, pode-se adicionar ao produto nacional a cifra que essencialmente resulte de tôda atividade estatal a que se possa atribuir um grau de produtividade, isto é, de incremento do valor do produto, desprezando-se as despesas que se anulam com os impostos, aquelas consideradas produto insumido e êstes parcelas do custo da produção.

33 — Prosseguindo, então, na formulação anterior, teremos que o produto nacional (PN), aqui, uma vez que foram subtraídas tôdas as parcelas devidas, tido já como produto nacional líquido (PNL), é igual ao valor total da produção, menos as duplicações e as depreciações, devidamente considerados, como atrás se referiu, os valores positivos ou negativos dos resíduos de *stock*, do balanço de pagamentos e da produtividade estatal.

34 — Se todos êsses valores fôssem unicamente expressos em espécie, teríamos o que se chama *produto real*. A heterogeneidade das espécies, contudo, impede essa operação, que, assim, só pode ser realizada reduzindo tudo a valores monetários, ao preço de mercado, dando lugar, nessa hipótese, ao que se chama *produto nominal*. Oportunamente veremos as conseqüências que daí resultam, em vista dos problemas da formação e variação dos preços e da capacidade do instrumento monetário de traduzir a

16) Op. cit., pgs. 188/191.

realidade econômica. Por enquanto, cumpre examinar os processos através dos quais êsses valores monetários podem ser captados.

35 — Essa captação se faz por três modos: A) do lado da produção, tomando por base os valores líquidos do bens e serviços produzidos, o que equivale a contabilizar o que recebem os produtores. Segundo ZAMORA (17), o cálculo respectivo deve compreender: a) o valor dos bens e serviços de consumo direto comprados pelos particulares = gastos para o consumo privado; b) o valor dos bens capitais adquiridos pelos particulares = inversões privadas; c) o valor da diferença entre as exportações e as importações de bens e serviços de toda classe = inversões estrangeiro; d) o valor dos bens e serviços pagos pelo govêrno, compreendendo os gastos administrativos correntes e as inversões em obras públicas. Segundo os irmãos VIGNAU "do ponto de vista da produção, o ingresso nacional significa a soma dos valores líquidos do produzido durante um ano"; B) do ângulo da distribuição, tomando por base o gasto dos produtores, isto é, o que pagam, em retribuição ao produzido, aos diversos fatores da produção, o que equivale a contabilizar os custos dêsses fatores, a saber, terra, edifícios, máquinas e ferramentas e capacidade humana de trabalhar. (18) Nesse particular, segundo ZAMORA (19) cabe computar: a) salários e suplementos de salários; b) lucros líquidos das emprêsas individuais; c) rendas; d) juros; e) dividendos; f) lucros não distribuídos; g) impostos sôbre os lucros das emprêsas mercantis; h) impostos diretos e indiretos e outros pagamentos feitos ao govêrno; i) depreciações (valor do desgaste dos bens de capital). Segundo os citados irmãos VIGNAU (20) "quanto à distribuição, a receita nacional líquida será igual à soma de todos os ingressos individuais percebidos durante o ano, mais as reservas

17) Francisco Zamora, "Tratado de Teoria Econômica", pg. 88 — Fondo de Cult. Economica.

18) "Fundamentos de la Economia", Libreria Edit. Macchi Hnos. B. Aires, pg. 359.

19) Op. cit., pg. 88.

20) Op. cit. pg. 359.

das empresas". Do ângulo dos réditos, diz HICKS (21), o produto nacional líquido é igual a salários, mais lucros, tomadas naturalmente estas expressões no seu sentido lato; C) finalmente, às duas já mencionadas modalidades de captação dos dados do produto nacional podemos acrescentar uma terceira, relativa ao emprêgo dos bens e serviços produzidos, do que resulta, segundo HICKS: produto nacional igual a consumo mais investimento líquido, ou consumo mais poupança; e segundo os irmãos VIGNAU: "a receita (ingresso) nacional, calculada quanto ao seu emprêgo, será igual ao valor total do consumido durante o ano, mais o poupado no mesmo período".

36 — As grandezas decorrentes dessas três modalidades de contagem do produto nacional, tendo em vista o rigor dos dados estatísticos e feitas da maneira devida as deduções necessárias (algumas particularidades imprescindíveis aos que se queiram dedicar à contabilidade social não foram previstas), devem corresponder entre si e, por sua vez, fundamentar o cálculo da renda nacional.

De acôrdo com o convencionado entre os técnicos dessa matéria, e inclusos, numa economia integral e aberta, como é o normal, os valores resultantes da diferença anual de stocks, do balanço de pagamentos e da ação produtiva do Estado, temos que:

— o valor total da produção é igual à soma de todos os bens e serviços produzidos e utilizados na unidade de tempo e espaço dada;

— o valor do *produto nacional bruto* (PNB) é igual ao valor anterior, menos as duplicações;

— o valor do *produto nacional líquido* (PNL) é igual ao PNB, menos as depreciações;

— a *renda nacional* (ou, mais pròpriamente, renda nacional líquida — R.N.L.) é igual ao PNL, menos os impostos indiretos;

— a *renda pessoal* é equivalente à parte da renda nacional efetivamente recebida pelos indivíduos (feitos certos descontos,

21) Op. cit., pg. 145.

como os que se realizam sobre o salário dos trabalhadores, para fins de seguro social, os impostos sobre os lucros das associações mercantis, os benefícios não distribuídos aos acionistas dessas associações; ou efetuados certos acréscimos, como pensões concedidas aos veteranos, subsídios pagos aos trabalhadores desocupados, etc.). Convencionou-se também chamar *renda disponível* à renda pessoal atrás figurada, menos os impostos (diretos), equivalendo, portanto, à quantidade de dinheiro de que os indivíduos efetivamente dispõem, pagos os impostos, para poupar e gastar.

37 — Para concluir, digamos algumas palavras sobre a influência que a expressão monetária da renda exerce sobre a sua real significação.

A propósito, adverte ZAMORA, (22) “que a eleição da moeda como unidade comum de medida dos bens e serviços que constituem o produto social ou nacional, não deixa de ter inconvenientes. Em primeiro lugar, sua permutabilidade imediata contra eles não garante que a permuta se faça sempre nas mesmas condições; é um “metro” cujo tamanho varia, às vezes com muita rapidez, e para indicar tal fato se costuma dizer que o valor da moeda sofre variações. Em segundo lugar, muitos dos meios de satisfação, e entre eles alguns mais estimados, não são susceptíveis de medida monetária: os serviços pessoais que a dona de casa presta à sua família, apesar de serem valiosíssimos, não são medidos em dinheiro, nem figuram no produto nacional; por outra parte, não há maneira absolutamente segura de computar o preço das frutas que um hortelão cultiva em sua própria horta, para seu consumo pessoal ou familiar, tão pouco o da casa própria, em que vive; mais difícil ainda é definir com segurança o preço do mercado que se há de atribuir aos serviços de um médico”. Outras dificuldades são assinaladas por HICKS ao salientar, por ex., que, na decorrência de períodos diferentes, “uma alteração do volume físico de bens e serviços disponíveis na comunidade pode ocasionar uma modificação no valor mone-

22) Op. cit., pg. 77.

tário do rendimento nacional, mas o mesmo efeito se pode verificar mediante uma simples variação do valor da moeda. "Aumenta o mesmo autor: "Se uma alteração no nível de preços traduzisse uma variação concomitante e proporcional de todos os preços, seria fácil uma correção. Um ajustamento simples, mediante uma percentagem uniforme, permitiria que prosseguíssemos como se não tivesse havido qualquer alteração. Do mesmo modo, ao aumentar ou diminuir a produção de bens, se todos os seus componentes variassem na mesma proporção, seria imediatamente evidente qual a alteração em percentagem sofrida pela produção real. Assim, seria fácil evitarmos os embaraços motivados pelas alterações de preços. Os casos que ocorrem na prática nunca apresentam uma tal simplicidade. De um ano para outro aumenta a produção de certos bens e diminui a de outros, e o mesmo sucede com os preços; ainda que (como por vêzes acontece) se verifique um aumento ou uma diminuição nos preços da maioria dos bens, essas variações atingem percentagens muito diferentes. Somos, assim, obrigados à utilização de artifícios, para resolver esta dificuldade". Procurando obviar tais empecilhos, os técnicos apelam para o método dos números índices. Parte-se do princípio de que "a maneira mais simples de calcular a alteração real da produção de dois anos diferentes é avaliar as quantidades de bens e serviços produzidos nos dois anos usando o mesmo conjunto de preços". Os preços a serem utilizados podem ser os do primeiro, os do segundo, ou, mesmo, os de outro ano, sendo essencial, apenas, que se usem os mesmos preços para todo o período considerado, o que, afastando as alterações decorrentes da variação monetária, permite calcular o legítimo coeficiente diferencial do produto nacional entre anos diferentes. Trata-se, como é de ver, de um processo aproximativo que convém usar cautelosamente e que na prática, em face da falta de informações detalhadas sobre os preços e as quantidades dos diversos bens, os economistas traduzem na obtenção de medidas de variação média dos preços no período considerado. São os chamados *números índices*, em função dos quais se avaliam todos os bens e serviços

produzidos (23). Como diz SAMUELSON (24), para calcularmos a variação na renda nacional real (expressa em dólares de poder aquisitivo constante) e não na renda nacional monetária (expressa em preços correntes de poder aquisitivo variável), precisamos "deflacionar as cifras em dinheiro, dividindo-as tôdas pelo índice do custo de vida (ou pelo nível de preços)".

38 — As contas nacionais ainda apresentam deficiências, umas de ordem metodológica e conceitual, outras de ordem estatística. Delas fêz um resumo proficiente E. F. JACKSON, *in* "The Recent Use of Social Accounting in the United Kingdom", conforme dá notícia o economista J. B. D. DERKSEN (25), estando referidas igualmente no trabalho já citado de VILLELA e na op. cit. de BARRE, ps. 231. Assim podemos resumir tais imperfeições: a) o contraste entre os modelos teóricos da economia e a realidade estatística, dando lugar a pressupostos conceituais que não exprimem os fatos, tal e qual concretamente se verificam; b) impossibilidade ou dificuldade de computar elementos qualitativos que influem sôbre a vida econômica; c) incertezas resultantes do cômputo dos valores em moeda e aos preços do mercado, tendo em vista as *variações monetárias* e as alterações na política econômica dos preços (de concorrência, de monopólio privado ou estatal?); d) necessidade ainda de apelar para critérios não de todo científicos, mas arbitrários ou convencionais na classificação, contagem e interpretação de certos dados, como os referentes à economia doméstica e à economia pública; e) diversidade de nomenclatura e transposição de métodos quanto às contas internacionais e nacionais comparadas; f) avanço incipiente no que concerne à contribuição das contas nacionais para esclarecimento dos problemas da repartição social e regional da riqueza; g) enfim, imperfeições da estatística quanto à massa dos dados disponíveis e aos seus processos de captação. A utilidade das contas nacionais, todavia, é evidente e cada vez maior, em vista do aprofundamento

23) Op. cit., pg. 212.

24) "Introdução à Análise Econômica", Agir, ed. 1952, 1º V., pg. 302.

25) In Rev. Bras. de Economia, Junho, 1950, pg. 33.

e ampliação de seus resultados e dos dados que oferece, graças à continuidade das pesquisas, ao aperfeiçoamento dos processos de realização e à combinação dos diferentes métodos até aqui adotados, num sincretismo consciente, para o conhecimento da realidade econômica das nações.

BIBLIOGRAFIA ESPECIALIZADA SÔBRE A MATÉRIA

F. PERROUX, *Les comptes la nation* (P.U.F., Paris, 1949); Carl S. SHOUP, *Principles of National Income Analysis* (Boston, 1947); J. R. HICKS, *The Social Framework* (Oxford, 1950); J. B. DERKSEN, *A system of National Book-Keeping* (Cambridge, 1946); *Studies in Income and Wealth*: série de volumes publicados desde 1936; E. LUNDBERG (Editor), *Income and Wealth* (International Association for Income and Wealth): desde 1951; H. C. EDEY and A. T. PERCOCK, *National Income and Social Accounting* (Hutchinson, 1954); Institut national de la Statistique et des Etudes économiques, *Les comptabilités nationales dans le monde* (Presses Universitaires de France); França, *Rapports de la Commission des Comptes de la Nation*; Nações Unidas, *Système de comptabilité nationale* (1953); A. CHABERT, *Le système d'Input — Output de W. Leontief et l'analyse économique quantitative* (Economie appliquée, 1950); J. BOUDEVILLE, *W. Léontief et l'étude dynamique du circuit économique* (Revue économique, nov.-déc. 1953); LÉONTIEF (Editor), *Studies in the Structure of American Economy* (New York, 1953); R. DORFMAN, *The Nature and Significance of Input-Output* (The Review of Economics and Statistics, mai 1954); J. BÉNARD, *Revenu national, produit brut et comptabilité sociale en économie socialiste planifiée* (Problèmes de planification, 1951, n° 1); YVES CALVEZ, *Le revenu national soviétique* (Thèse Institut d'Etudes politiques de Paris, 1952); A. BERGSON, *Soviet National Income and Product in 1937* (1953); STONE, J. R. N., Utting J. E. G., E. Durbin J. — *The Use of Sampling Method in National Income Statistics and Social Accounting*—Revue de l'Institut International de Statistique — 1950; RICHARD STONE, *Definition and Measurement of the National Income and Related Totals*; ISARD, WALTER — *Interregional and Regional Input Output analyses: "A model of A Space Economy — The Review of Economics and Statistics, nov. 1955*; S. KUZNETS, *National Income and its Composition, 1919-1938* (National Bureau of Economic Research, Inc. Nova York, 1941) vols. I e II; MAURICE ALLAIS: *Les fondements comptables de la macroéconomie, les équations comptables entre quantités globales et leurs applications*. P. U. F., 1954, 91 p.; JACQUES DUMONTIER: *Budget économique et capital national*. P.U.F., 1951, 125 p.; CLAUDE GRUSON et SIMON NORA: *Les comptes économiques de la nation. Cours à l'Ecole nationale d'Administration, -1954-1955*, 300 p. I; JEAN MARCZEWSKI: *Le rôle des comptes nationaux dans les économies planifiées de type soviétique*. Congrès de l'International Association for Research in Income and Wealth, Castelgandolfo, sept. 1953, 90p; FRANÇOIS PERROUX: *Les comptes de la nation*. Colletc. Pragma, P.U.F., 250 p.; COPELAND, Morris — *A study of Money Flows in the United States*. Publicado pelo National Bureau of Economic Research; SIGAL STANLEY J. — "A Comparison of the Structures of Three Social Accounting Systems", em "Input — Output Analysis". An Appraisal — *Studies, a Income and Wealth — Volume Eighteek*.